

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 148

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE NOVEMBRO DE 1998
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 051/98

Curitiba, em 13.11.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Londrina, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede urbana do Município de Londrina, na esquina das ruas Goiás e Brasil, com área de 446,25 m², contendo benfeitorias.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado por aquela Instituição, para ampliação das instalações e manutenção do funcionamento de seu Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, que presta atendimento à população economicamente carente da região.

Vale salientar que a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, manifestou-se favoravelmente a tal doação.

Por último cabe informar que o anteprojeto de lei em epígrafe, contém disposições no sentido de que a ampliação das instalações do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos - UEL, deverá estar concluída no prazo de 24 meses, a contar da data da escritura, sob pena de reversão do imóvel, gravado com a cláusula de inalienabilidade.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Universidade Estadual de Londrina, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, designado por área de terras destacada das datas nºs 11 e 12, ambas da quadra nº 45, situadas na sede urbana do Município de Londrina, na esquina da Rua Goiás com a Rua Brasil, com área total de 446,25 m², contendo benfeitorias e devidamente registrada e devidamente registrada conforme transcrição nº 5.679, do livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Distrito, da Comarca de Londrina.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será doada à Universidade Estadual de Londrina, para que sobre a mesma aquela instituição de ensino superior amplie as instalações e mantenha em funcionamento o Escritório de Aplicação de

Assuntos Jurídicos, o qual atende a população economicamente carente daquela região, cuja ampliação deverá estar concluída no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da escritura, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, ficando, ainda, referido imóvel, gravado com a cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/390 e 391/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

416/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.347. **Anote-se. Arquite-se.**

189/98: De autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas - FUN-PRED, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.348. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 3268/98, da Senhora Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, comunicando Convênio celebrado União/Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, sendo intervenientes o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e a Delegacia Regional do Trabalho, objetivando alterar o Convênio Mtb/SPES/CODE-FAT/ Nº 006/96. **Anote-se. Arquite-se.**

OF/CTL/SEEG nº 392/98

Curitiba, em 16.11.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para comunicar a essa augusta Casa de Leis que, conforme autorização concedida através do Decreto-Legislativo nº 002/98, de 31 de março de 1998, afastar-me-ei do País, no período compreendido entre 18 e 23 do corrente mês, com destino à Argentina para, a convite do Banco Mundial, partic-

ipar da "Jornada de Gestão de Cidades" na Universidade de Buenos Aires e, ainda, proferir conferência na "Bienal Internacional de Arquitetura", ocasião em que serão, também, tratados assuntos ligados ao MERCOSUL.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 452/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 049/98 (Altera a Lei nº 4.648 de 23.11.98, que criou a SANEPAR, para ampliar sua área de atuação, expansão de seus negócios, exploração e reciclagem do lixo, aproveitamento de subprodutos dos sistemas de água e esgoto e consultoria e assistência técnica internacional).

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que o Projeto de Lei nº 404/98, que dispõe sobre a comercialização de produtos agroartesanais, seja enviado as seguintes Comissões Permanentes: Agricultura, Indústria e Comércio, Ecologia e Meio Ambiente, Saúde Pública, para análise e parecer.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Georges André Charron, falecido no último dia 13/11/98, no Município de Cianorte.

Enviar cópia à família enlutada, à Avenida Maranhão, 102 - Cianorte / PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Clotelvina Portugal Macedo.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, aos 62 anos, a Senhora Maria Clotelvina Portugal Macedo - a D. Vina - mãe de família exemplar, de virtudes cristãs e conhecida por sua imensa generosidade no atendimento dos desvalidos.

Irmã do Desembargador Clotário Portugal, da escritora Maria da Luz Portugal Werneck, do Dr. José de Macedo Neto, Assessor do Tribunal de Justiça e do Dr. James Portugal Filho, subsecretário do Poder Judiciário; Dona Vina era filha do saudoso Desembargador James Pinto de Azevedo Portugal e de Dona Alice de Macedo Portugal, deixando viúvo o advogado Edison de Oliveira Macedo, Assessor de Recursos do Tribunal de Justiça, os filhos Edison Filho e Cintia Tágera; o genro Sérgio Inácio, Delegado da Polícia Civil; a nora Débora Cintia e duas netas, Polyanna e Giovanna.

REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, voto de aplauso aos proprietários do Salão do Toninho, Município de Cascavel.

Requer ainda, que da decisão da Mesa sejam cientificados os Srs. Antonio Vanderlei Backes e Oscar Backes, à Avenida Brasil, nº 5652, Cascavel, CEP 85802-770.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 30 anos, os irmãos Backes dedicam-se às atividades de cabeleireiro, e seu estabelecimentos, o "Salão do Toninho", é dos mais conceituados do Município de Cascavel.

Desfrutando de grande prestígio junto à sua seleta clientela, os profissionais para os quais pleiteamos a justa homenagem orgulham-se de manter o mesmo preço para os seus serviços desde a implantação do real.

Indubitavelmente, à vista das várias crises já vividas pelos brasileiros nos últimos anos, é digno de louvor todo e qualquer cidadão que consiga

manter-se em sua atividade, honrando e magnificando os seus compromissos, mormente quando estes representam perseverar em uma atividade autônoma.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres colegas Deputados, que muito enaltecem este augusto Poder.

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao Município de Manguaerinha, pela passagem do seu 52º aniversário de emancipação política, no próximo dia 30 de novembro/98.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Elídio Zimerman de Moraes, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito Senhor Sebastião Brandoli Chaves, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Manguaerinha.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Manguaerinha irá comemorar festivamente a data magna do município no dia 30.11.98.

Apesar de todos os problemas por que passa a Nação, em Manguaerinha, a população, juntamente com os seus administradores de todos os tempos, tem procurado superar as dificuldades, com muito trabalho e confiança em Deus.

Pois, temos certeza que a população anseia por melhores dias, razão pela qual, continua prestando eficiente colaboração visando o bem estar de todos e progresso do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir à comunidade que acredita num futuro próspero, o seu reconhecimento e admiração.

REQUERIMENTO Nº 1837

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, à Mesa Executiva desta Casa de Leis, a promoção de um Seminário a ser realizado no próximo dia 25 de novembro, a partir das 09:00 horas, nas dependências do Plenarinho, para debater a proposta de criação do Fundo de Previdência dos servidores públicos estaduais, encaminhada a esta Casa, através da Mensagem 050/98, de autoria do Poder Executivo. Requer

ainda, seja convidado o Secretário Especial de Previdência, Senhor Renato Follador, para expor, aos participantes, juntamente com representantes do Fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a proposta de criação do Fundo Previdenciário.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, solicitando que determine estudos para garantir um ramal do gasoduto Brasil/Bolívia, buscando assegurar as possibilidades de fornecimento de gás também à Região Oeste, interligando Cianorte, Umuarama, Assis Chateaubriand, Toledo, Cascavel, Palotina, Marechal Cândido Rondon, entre outras cidades, ou um ramal do futuro gasoduto, que fornecerá o gás vindo de Salta da Argentina, passando pelo Sudoeste.

Sendo o gás a energia do futuro e como disse o Senhor Governador do Estado, “vai permitir o desenvolvimento de uma região e de todo o Paraná”, razão pela qual solicitamos aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Gorski, Edgar Bueno, Élio Rusch e Reny Borsatto.

REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do documento enviado pela Mitra Diocesana de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 454/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reduzido em cinquenta por cento, o preço da passagem intermunicipal, aos aposentados e pensionistas, que comprovarem que recebem apenas um piso salarial.

Art. 2 - O requerente terá direito a uma passagem de ida e volta com preço reduzido, a cada seis meses, desde que faça solicitação por escrito, com antecedência de trinta dias, vencido este prazo a empresa ficará desobrigada a manter a reserva do mesmo.

Art. 3º - As empresas que operam o transporte coletivo intermunicipal, serão obrigadas a reservar quatro lugares em cada carro aos respectivos passageiros.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, que ora proponho, visa reduzir pela metade do valor as tarifas das passagens intermunicipais aos aposentados e pensionistas, que comprovarem que recebam apenas um piso, e que, muitas das vezes o salário que ganham sustenta a família inteira, cuja composição passa de quatro pessoas, incluindo despesas com medicamentos, aluguel ou pagamento da casa própria, água e luz e a cesta básica.

A isenção só será válida, quando o passageiro fizer reserva por escrito junto às empresas que operam o transporte coletivo intermunicipal, com antecedência de trinta dias, sendo que cada passageiro terá direito a uma passagem de ida e volta com o preço reduzido a cada noventa dias.

As empresas que operam o transporte coletivo intermunicipal, serão obrigadas a reservar quatro lugares em seus carros, destinados aos respectivos passageiros.

Por se tratar de um projeto de cunho social, e assistencial, solicito o empenho, a compreensão e a colaboração dos nobres colegas, no que diz respeito à apreciação e aprovação do projeto em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 455/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que liga a BR-277 ao Município de São Pedro do Paraná, passando pelas localidades denominadas União e São Francisco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

O projeto em apreço retrata uma antiga e mais que justa aspiração de todas as comunidades de municípios da Região Oeste do Estado que se utilizam desse caminho de acesso à BR-277, reconhecidamente uma das principais rodovias do nosso Estado.

Atualmente, sem nenhum amparo do Poder Executivo Estadual, o referido trecho encontra-se em precárias condições de tráfego; com a estadualização, sob a tutela do DER, pode-se projetar perspectivas reais de desenvolvimento daquela região, pois fomentará o intercâmbio comercial entre o Município de São Pedro do Paraná e todos os municípios cortados pela BR-277, assegurando ainda as melhorias e condições gerais de trafegabilidade.

A aprovação do nosso projeto pelos nobres Pares desta colenda Casa de Leis representa o reconhecimento da Região Oeste como importante estrela da magna constelação chamada "Paraná".

PROJETO DE LEI Nº 456/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários das Empresas Cherobim, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Funcionários das Empresas Cherobim foi fundada em 27 de setembro de 1989, com o objetivo de congregar os funcionários das empresas lideradas por Francisco Cherobim & Filhos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 457/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Toledo.

§ 1º - Constituem a Região Metropolitana de Toledo, os Municípios de Assis Chateaubriand, Brasilândia do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Tupãssi.

§ 2º - Outros municípios poderão integrar a Região Metropolitana de Toledo, motivados pela sua expansão urbana acelerada, demanda por serviços e necessidades de investimentos em parceria.

Art. 2º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Metropolitana de Toledo, vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado, que se regerá por esta lei e seus estatutos validados mediante decreto do Poder Executivo, cabendo-lhes as seguintes atribuições e competências:

I - promover a integração e a uniformização dos serviços comuns e de interesse da Região Metropolitana;

II - conceder ou permitir a execução de obras e serviços públicos de interesse metropolitana que lhes forem delegados mediante lei, bem como fiscalizar sua execução;

III - aplicar as normas e procedimentos legais com incidência na Região Metropolitana de Toledo, fiscalizar seu cumprimento, exercendo no que couber seu poder de polícia;

IV - estimular entre os municípios da Região Metropolitana, a celebração de consórcios para resolução de problemas comuns;

V - garantir a integração do planejamento, da organização e da execução das funções e serviços públicos de interesse comum do Estado e aos municípios metropolitanos;

VI - especificar as funções e serviços públicos que serão executados em parceria no âmbito metropolitano e aquelas de interesse local, de responsabilidade do município;

VII - analisar e aprovar o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Toledo, e encaminhar à Assembléia Legislativa para aprovação mediante lei;

VIII - aprovar diretrizes, planos, programas e projetos de interesse metropolitano;

IX - aprovar os planos plurianuais de investimentos públicos para a Região Metropolitana e

encaminhar à Assembléia Legislativa para aprovação.

Art. 3º - O processo de planejamento das funções públicas de interesse comum terá caráter permanente e obedecerá aos seguintes princípios:

I - a observância de valores morais e éticos que objetivem em promover a máxima convivência social;

II - o caráter multidisciplinar da abordagem das funções públicas de interesse comum;

III - o desenvolvimento da região metropolitana através do planejamento, da organização e da execução das funções públicas de interesse comum;

IV - a contribuição das funções públicas ao equilíbrio e ao desenvolvimento metropolitano;

V - a presença da ação dos poderes público federal, estadual e municipal na região metropolitana;

VI - a necessidade de se obterem graus crescentes de racionalidade na utilização de recursos humanos, financeiros e materiais na execução das funções públicas de interesse comum.

Art. 4º - A Região Metropolitana de Toledo, instituída no art. 1º desta lei, será administrada por um Conselho Metropolitano a ser presidido pelo Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação Geral, que terá caráter normativo e deliberativo.

§ 1º - O Conselho Metropolitano previsto no "caput" deste artigo contará em sua composição, além do Secretário Estadual de Planejamento, com 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica e/ou administrativa, todos nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação de uma lista tríplice organizada pelos Prefeitos e Câmaras Municipais de cada município, com a participação das entidades representativas da comunidade.

§ 2º - As despesas de manutenção do Conselho Metropolitano deverão constar em dotações próprias no orçamento da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

§ 3º - A Secretaria Executiva do Conselho Metropolitano será exercida por um dos cinco membros integrantes do referido Conselho nomeados pelo Governador do Estado, cabendo-lhes as seguintes atividades e competências:

Art. 4º - Compete à Secretaria Executiva:

I - dar estrutura funcional ao Conselho Metropolitano;

II - executar as decisões deste Conselho;

III - a articulação das ações verticalizadas (Secretarias de igual natureza dos municípios) e setorizadas (Secretarias, Institutos, etc) objetivando a implantação do trabalho de competência do Conselho Metropolitano;

IV - secretariar as atividades do Conselho Metropolitano;

V - outras competências a serem previstas na regulamentação.

Art. 5º - Os membros do Conselho Metropolitano e da Secretaria Executiva não farão jus pelo seu mister, a qualquer tipo de contraprestação pecuniária, senão as que lhes dão pagas em seus órgãos de origem.

Art. 6º - Para a elaboração dos seus planos, programas, projetos e estudos o Conselho Metropolitano contará com sugestões oriundas das entidades representativas da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e as Câmaras Municipais dos municípios integrantes da Região Metropolitana convocarão as entidades representativas da sociedade civil, objetivando discutir propostas para elaboração de seus planos, programas, projetos e estudos.

Art. 7º - A divulgação resumida do conteúdo principal dos estudos, planos, programas e projetos de interesse coletivo na área metropolitana será efetuada, de forma mais ampla possível através dos meios de comunicação de massa, com a finalidade de alcançar a população beneficiada, com antecedência de 30 (trinta) dias da respectiva apreciação pelo Conselho Metropolitano de Toledo.

Parágrafo Único - É assegurado a todos amplo acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental relativa a planos, programas, projetos, obras e serviços de interesse coletivo, no âmbito metropolitano.

Art. 8º - A aprovação dos planos, programas, projetos, obras e serviços pelo Conselho Metropolitano de Toledo será obrigatoriamente, precedida da realização de audiências públicas nos municípios contemplados por esta lei.

Art. 9º - As despesas com manutenção e funcionamento do Conselho e Secretaria Executiva deverão constar em dotação própria do Orçamento Geral do Estado e dos municípios que integram a Região Metropolitana de Toledo.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada num prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(a) DUÍLIO GENARI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PMDB, PDT, PFL, PT, PPB, PSDB, PTB, PL, Liderança dos Governo.

(Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício CTL/SEEG nº 392/98, subscrito pelo Senhor Governador do Estado constante do expediente, comunicando que, conforme autorização concedida através do Decreto legislativo nº 002/98, de 31 de março do corrente ano, se ausentará do País, no período entre 18 e 23 do corrente mês, com destino à Argentina para, a convite do Banco Mundial, participar da "jornada de Gestão de Cidades" na Universidade de Buenos Aires, e proferir conferência na "Bienal Internacional de Arquitetura", quando serão tratados também assuntos do MERCOSUL. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rodoviária do Paraná, o lote de terra conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública, a Escola Graciosa, com sede e foro no Município de Quatro Barras. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/98, de autoria do Deputado Renato Adur, que dispõe sobre a contratação de músicos paranaenses e execução de músicas produzidas no Estado em eventos e programas de rádio e televisão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Com substitutivo geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.** Com este substitutivo se apresenta uma emenda e será encaminhado à C.C.J.. Saindo o projeto da Ordem do Dia.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Educacional e Cultural, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/98, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Círculo Trentino de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/98, de autoria dos Deputados Albanor J. F. Gomes e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Contenda, com sede no Município de Contenda e foro no Município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/98, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Sulina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da C.C.J. - **Aprovada.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro no Bairro do Capão da Imbuia, nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98)**

Emenda da C.C.J. - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 300/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda corretiva, para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 300/98
EMENDA CORRETIVA

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara que Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Marialva I, com

sede e foro no Município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 315/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Marialva I, com sede e foro no Município de Marialva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Douradina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 319/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Douradina, deste Estado.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça, aguardando completar um ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos de Bairro Alto de SANBRA, com sede e foro no Município de Iporã. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Bairro Alto de SANBRA, com sede e foro no Município de Iporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Federação de Xadrez do Paraná - FEXPAR, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 01.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 355/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação de Xadrez do Paraná - FEXPAR, com sede e foro nesta Capital.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça, aguardando a declaração de que os membros da diretoria não são remunerados.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de Escola Estadual Loris Escorsin a atual Escola Estadual São Braz, nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 371/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo denominar de Escola Estadual Loris Escorsin a atual Escola São Braz, nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PAULO GORSKI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Esporte Clube Bacacheri, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 129, de 13.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Esporte Clube Bacacheri, com sede e foro no Município de Curitiba / PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) ...

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Só a título de esclarecimento o item nº um e o item número dois foram votados?

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Autoria do Deputado Reny Borsatto, apreciar neste item a emenda em 2ª Discussão...

Já foi aprovado em 2ª Discussão e foi aprovada hoje em 3ª Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

O mesmo com o item número dois.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

O mesmo do ilustre Deputado Paulo Gorski.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1829, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço Pela Ordem, por que deve estar havendo alguma confusão nessa questão, porque agora há pouco na reunião da Comissão de Constituição e Justiça o projeto estava...

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria da Questão de Ordem para retirar o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Perfeitamente. Retirado pelo autor o requerimento.

Continua com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Agradeço ao Deputado Valdir Rossoni por essa atitude, já que pelo que consta lá na reunião da CCJ, já teria sido aprovado o Regime de Urgência, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Perfeitamente justificado pelo ilustre autor do requerimento - Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Requerimento nº 1837, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Péricles Mello e Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Discutir**)

(**Para Justificar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, concordamos com a vinda do Secretário Follador, mas não temos certeza que nesse dia 25 ele poderá vir aqui. Por isso, pedimos para discutir, para que possamos conversar com o Secretário e possamos acordar essa data.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adiado na forma regimental, já que um dos autores aqui concorda juntamente com o Deputado Irineu Colombo.

Requerimento nº 1826, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1830, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1831, de autoria do Senhor Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1832, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1835, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1836, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Gorski, Edgar Bueno, Élio Rusch e Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1839, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 356, 363, 365 e 368/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 300, 315, 319, 329, 355, 371 e 401/98.

Levanta-se a sessão.